

CONVERSA CAPITAL **GABRIEL BERNARDINO**

“Preocupa-me que seguros de saúde possam ficar incomportáveis”

Líder da ASF, regulador dos seguros, vê riscos de corte de comparticipações.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



n
negocios.pt

1
ANTENA

Miguel Baltazar

CONVERSA CAPITAL

GABRIEL BERNARDINO PRESIDENTE DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

ASF defende benefícios segmentados para PPR

O supervisor dos seguros propõe uma nova solução para a poupança complementar à reforma da Segurança Social. Quer seja um redesenho do tradicional PPR ou uma nova marca, Gabriel Bernardino quer que seja simples, transparente e com custos limitados.

LEONOR MATEUS FERREIRA

leonorferreira@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA

Antena 1

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

Com os planos de poupança-reforma (PPR) "descaracterizados" pelos ajustamentos que foram feitos ao longo dos anos, Gabriel Bernardino considera que é preciso mudanças ou mesmo a criação de nova marca forte. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, o presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) defende que este produto de poupança para a reforma tenha benefícios fiscais específicos e segmentados.

Que impacto espera das iniciativas da União da Poupança e Investimento para o setor? Um aumento da oferta?

Há três fatores essenciais. Penso que temos de mexer na procura, na oferta e nos incentivos. Na procura, claramente, de mecanis-

mos como aquilo que a Comissão Europeia recomenda: sistemas onde se tenham plataformas digitais que permitem a qualquer cidadão, de forma fácil e transparente, ver qual é que é a sua pensão de reforma, não só do primeiro pilar, mas também do segundo e do terceiro pilares. Depois, ao nível da oferta, temos de mexer ao nível dos produtos. Aquilo que é o paradigma da poupança para a reforma em Portugal, os PPR continuam a ser um produto muito relevante, mas que ao longo dos anos, pelos ajustamentos que foram efetuados, foram sendo descaracterizados.

Faz falta um produto em Portugal com a mesma popularidade do PPR?

Julgo que sim. Pode-se fazer de várias maneiras. Pode-se aproveitar aquilo que, em termos europeus, está a ser estabelecido, o PEPP [produto individual de reforma pan-europeu].

O PEPP pode ser uma alternativa?

Pode, claramente. Está consuído numa lógica, aliás, muito se-

melhante também às bases do que era o PPR. Foi revisto e tiraram-se alguns dos elementos que faziam que fosse menos atrativo no mercado. E, portanto, eu acredito que essa é uma hipótese, mas também se pode, obviamente, pegar naquilo que são os PPR e fazer ajustamentos e ter um novo... Era importante, em termos, também, dar percepção das pessoas uma nova marca de um produto verdadeiramente de poupança para a reforma de longo prazo, que seja simples, que seja transparente, que as pessoas possam subscriver de uma forma fácil. E que obviamente também seja feito de maneira a que os custos possam ser o mais baixos possível. Penso que se deve avançar nesse sentido.

Há disponibilidade do setor nesse sentido?

Isto tem de passar por medidas de regulação desta matéria. Porque produtos com a natureza desse, de uma marca, têm de ter confiança. As pessoas têm de ter confiança de que as poupanças que estão a colocar estão bem reguladas e supervisionadas.

Além disso, normalmente estes produtos têm benefícios fiscais associados...

Quem se lembra de como os PPR se lançaram, foi assim. Obviamente é um produto que tinha uma marca forte, que era adequado às pessoas e com o benefício fiscal juntam-se um conjunto de vantagens para que as pessoas poupem. E, sob o ponto de vista público, estes incentivos funcionam, não só porque melhoram a adequação de pensões das pessoas e, portanto, menos ficam dependentes do erá-

rio público, mas também esses montantes, ao serem investidos na economia vão trazer também benefícios para o próprio Estado, através dos impostos que cobram o funcionamento da economia.

O que defende é que as deduções fiscais sejam separadas?

Sim. Era importante ter uma segmentação específica para um produto de complemento de reforma. E que as deduções fossem segmentadas. Era muito importante porque era um benefício, de facto, adicional e mostrava-se efetivamente às pessoas que, contribuindo para estes mecanismos de longo prazo para a reforma, tinham também um benefício adicional. ■

"Era importante para a percepção uma nova marca de um produto verdadeiramente de poupança para a reforma."

"Pode aproveitar-se o que está a ser estabelecido em termos europeus, o PEPP."

"Só 4% da população ativa tem sistemas complementares de reforma"

Gabriel Bernardino, presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), defende que ter um sistema de pensões complementares robusto não significa abdicar da sustentabilidade da Segurança Social.

A Comissão Europeia recomendou aos países que desenvolvam o pilar 2. Espera que o Governo crie

condições para isso?

Espero que sim. Temos de olhar para a urgência da União Europeia ganhar competitividade. Uma das formas essenciais de se ganhar competitividade é ter mais investimento e o setor das pensões é tradicionalmente o setor capaz de aplicar investimentos numalógica de longo prazo e que tem vantagens numa dupla vertente: melhorar a adequação das pen-



PERFIL

Um matemático regressado dos seguros europeus

Presidente da ASF desde setembro, Gabriel Bernardino é um histórico do setor, tendo liderado, durante 10 anos, a mesma entidade, mas a nível europeu. Não é, contudo, a primeira vez que está no supervisor português. Nascido a 9 de dezembro de 1964, no Bombarral, formou-se em matemática e entrou, em 1989, para o antigo Instituto de Seguros de Portugal, que é hoje a mesma ASF que dirige. É depois da viragem do século, e já em cargos de direção no instituto, que desenvolve trabalho internacional e participa em grupos de trabalho a nível europeu, que acaba por ser um passo a caminho de Frankfurt. Esteve na mudança do antigo Comité Europeu de Supervisores de Seguros e Pensões Profissionais para a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (Eiopa). Deixou a liderança da instituição comunitária em 2021 após uma década marcada pela expansão e consolidação da regulação europeia (nomeadamente, em relação à solvência e testes de stress da indústria seguradora), mas também pelo lançamento do projeto do PPR europeu.

sões numalógica complementar e investir na economia.

Há quem diga que é privatizar a Segurança Social.

Quando se entra nestas discussões de tipo ideológico, já perdemos a batalha. O que se vê em termos internacionais é que o chamado sistema dos três pilares funciona. Não quer dizer que não tenhamos um pilar 1, de Segurança Social, que seja robusto, que seja sustentável. É fundamental e continuará sempre a ser. Temos de ter a noção de que a complementariedade é cada vez mais fundamental, até devido aos ajustamentos que vão sendo feitos ao longo dos anos para que a Segurança Social seja sustentável. É fundamental termos sistemas complementares de pensões e o segundo pilar é a forma mais eficiente de o fazer. Aliás, em Portugal, dentro dossis-

temas complementares e privados de pensões, os fundos de pensões do segundo pilar são aqueles que têm a melhor rendibilidade.

E deve avançar em Portugal?

Há condicionalismos e tem que se ajustar à realidade portuguesa, mas deve avançar porque é uma forma que está provada de incrementar a cobertura de pensões complementares nos países. Os últimos números que temos são que apenas 4% da população ativa portuguesa tem sistemas complementares de reforma, de segundo ou terceiro pilar. Quando estes valores, em termos médios europeus, andarão sempre acima dos 20% a 25% na média, porque os melhores países têm coberturas acima de 50%. E o "auto-enrollment", a lógica desta inscrição automática, funciona. Por exemplo, no Reino Unido, que foi um dos países que

já há vários anos aplicou esta lógica, a percentagem de pessoas que depois de serem inscritas saem, porque têm essa possibilidade, anda por volta dos 9% apenas. Há uma inércia comportamental.

Nos cálculos da OCDE, nos últimos 20 anos, o ganho real médio anual dos fundos de pensões portugueses foi 1,3%. Que incentivos há, quando o ganho é este?

Uma coisa são as médias, outra são os valores de cada tipo de fundo. Se formos ver a média de rendibilidades reais, acima da inflação dos fundos de pensões fechados, por exemplo, em Portugal, são valores muito mais significativos do que esses. O que é importante é que se consiga trabalhar a nível da oferta e da tipologia de produtos para que se possa fazer efetivamente investimento de lon-

go prazo, porque é isso que dá a maior rendibilidade. Quanto mais investimentos de curto prazo se tem que fazer porque os produtos são mais líquidos, mais difícil é obter rendibilidades superiores.

A Comissão Europeia quer aliviar os limites às estratégias

de investimento dos fundos de pensões. É suficiente?

É importante que se explique que o princípio do gestor prudente não significa que os investimentos tenham de ser todos muito conservadores. Os investimentos devem ser adequados ao tipo de responsabilidades que estão a financiar. ■

“O que se vê em termos internacionais é que o sistema dos três pilares funciona.”

“Não quer dizer que não tenhamos um pilar 1, de Segurança Social, que seja robusto.”

CONVERSA CAPITAL

GABRIEL BERNARDINO PRESIDENTE DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

“Preocupa-me que seguros de saúde possam ficar incomportáveis”

O líder do supervisor dos seguros pede equilíbrio e avisa para o risco de, caso os custos dos seguros de saúde comecem a ser demasiado elevados, as seguradoras optem por reduzir benefícios e comparticipações.

LEONOR MATEUS FERREIRA

leonorferreira@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA

Antena 1

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

A inflação médica justifica a subida de preços nos seguros de saúde, mas Gabriel Bernardino, presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), teme que os preços possam ficar “incomportáveis”. Por outro lado, o líder do supervisor alerta para o risco de, para que não aconteça, as seguradoras começem a reduzir as coberturas.

Em 2026 haverá subidas dos prémios de seguro de saúde que podem chegar aos 10%. Com a inflação a estabilizar, faz sentido este nível?

Não tenho esses números. Aquilo que nós temos, com evidência, é a inflação médica que é diferente da inflação normal. A inflação médica tem vindo a crescer significativamente. É natural que, havendo a inflação médica, os custos aumentem e isso, de alguma maneira, tem que se repercutir depois no custo dos seguros. Aquilo que é hoje já o seguro de saúde, que é um caso de sucesso – temos hoje 4 milhões de pessoas seguras em Portugal e os inquéritos que são feitos em termos de satisfação até são bastante positivos –, preocupa-me que com a inflação médica crescente, com o consumo que possa ser crescente na área da saúde, que a tantas os preços dos seguros possam ficar um bocadinho incomportáveis para uma boa parte das famílias em Portugal. Há que ter algum cuidado nesta matéria.



Quem tem de ter cuidado?

Penso que há um equilíbrio que tem de ser efetuado nas três partes. Por um lado, os fornecedores e tudo o que é o sistema dos hospitais e onde utilizamos e consumimos saúde, as seguradoras nos custos que têm ao gerir o sistema e os indivíduos, cada um de nós, porque ao estarmos a pôr um montante no seguro de saúde é um esforço que estamos a fazer, mas

para ter um benefício. Aquilo que me preocupa é que, se os custos começarem a ser tão elevados, que se possa, para limitar os custos, reduzi-los benefícios, as comparticipações e aquilo que são as garantias que os contratos dão.

Não tem a ver com margens?

Essa é uma matéria que nós acompanhamos. Acompanhamos a evolução dos custos no setor e há

muitas outras coisas nos seguros de saúde e na lógica da cobertura complementar de saúde que são muito relevantes. Por exemplo, uma questão que é, quanto a mim, muito importante para o consumidor, tem a ver com a dicotomia entre os chamados planos de saúde e os seguros de saúde.

Foi feito um esclarecimento recentemente.

A ASF trabalhou nesse sentido, mas penso que ainda há mais que tem de se fazer porque há muita gente que não percebe, efectivamente. As pessoas, ao terem um cartão de um plano de saúde, julgam que têm um seguro de saúde. Ora, num plano de saúde não há

transferência de risco. É meramente um cartão de descontos, como existem muitas outras coisas. Temos de trabalhar talvez um bocadinho mais para que as pessoas percebam de uma forma mais simples o que é que é um cartão de plano de saúde e o que é um cartão de seguro de saúde.

Há novas realidades que obrigam a novas coberturas. No caso dos eventos climáticos, o que falta fazer?

Diria que a questão da transição e das alterações climáticas é qualquer coisa que nós já sentimos na realidade, no dia a dia, e aquilo que são as coberturas de seguros têm de se ir adequando.

“Num plano de saúde não há transferência de risco. É meramente um cartão de descontos.”

“Há um crescimento significativo” dos acidentes com veículos sem seguro

Respostas rápidas

9 DE DEZEMBRO DE 1964

O meu aniversário de nascimento. Meu Deus, faz-me lembrar que já tenho 61 anos.

BOMBARRAL

A minha casa. E há de ser sempre.

MATEMÁTICA

É um fascínio.

COMISSÃO DE MERCADO

DE VALORES MOBILIÁRIOS
Foram bons tempos, infelizmente curtos.

AUTORIDADE EUROPEIA

PARA SEGUROS E PENSÕES OCUPACIONAIS (EIOPA)
O maior desafio da minha vida.

CRISE FINANCEIRA

Aquilo que devemos a todo custo evitar.

CANDIDATO PRESIDENCIAL

Não tenho preferência nesse aspeto, muito sinceramente.

DONALD TRUMP

É uma personagem muito relevante para o mundo e que tem que ser tratada com a devida relevância.

PAI

Era tudo na minha vida.

NATAL

É um momento de estarmos juntos e de juntar a família, o que para famílias como a minha, que tem muita gente dispersa por esse mundo fora, é sempre uma ocasião fantástica.

ANO NOVO

Vida nova. Na ASF, claramente.

PORTRUGAL

Orgulho.

O fundo de garantia automóvel viu aumentar as participações de acidentes a envolver veículos sem seguro em 23% no ano passado e em mais 9% desde o início deste ano. A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) vai lançar uma campanha de sensibilização sobre o tema, segundo anunciou o presidente Gabriel Bernardino, em entrevista ao Negócios e à Antena 1.

Além dos preços dos seguros de saúde, haverá também aumentos das coberturas no setor automóvel, face ao nível de sinistralidade que se tem verificado?

A questão é essa. A sinistralidade tem vindo a aumentar. E se formos ver nas diferentes áreas da inflação, a inflação de custos de reparação automóvel tem sido sempre superior à inflação média, portanto os preços têm que ser ajustados, tem que haver aqui um equilíbrio. Agora, há áreas que me preocupam. A ASF gere também o fundo de garantia de automóvel, que é o fundo público que tem a proteção das vítimas de acidente quando há acidentes com condutores sem seguro e os últimos números não são muito agradáveis. O número de participações em 2024 cresceu 23% e este ano já vamos com um crescimento de mais 9%. Há uma trajetória de crescimento significativo do número de acidentes provocados por pessoas sem seguro.

Associam-no a novas funções de entregas?

Estamos precisamente neste momento a analisar mais em detalhe para tentar perceber se temos informação suficiente. Essa era uma das questões que foram colocadas. Parece que existe alguma evidência já nesse sentido, mas queremos olhar para os dados com muito mais propriedade. Mas isso vai levar-nos, com toda a certeza, a fazer uma campanha nacional para alertar de uma forma muito forte e muito transparente para os perigos da condução sem seguro. Temos de direcionar esta campanha à diferente tipologia de pessoas na sociedade e atividades onde isso possa estar a acontecer mais.

Podemos estar a falar de estrangeiros que se dedicam a essas tarefas?

Eu não queria estar a estigmatizar, mas admito que possam haver categorias. O importante para nós é que conseguimos ter informação mais detalhada para depois direcionarmos a campanha para os públicos mais relevantes. Mas é uma preocupação que todos devemos ter. Porque o fundo de garantia automóvel é um fundo público muito relevante e, muitas vezes, as pessoas não se apercebem. É excelente para os cidadãos que quando acontece um acidente nestas condições, a reparação existe e é rápida e eficiente, mas o próprio sistema, como um todo, tem de ser mais robusto e temos que diminuir o

número de pessoas a circular sem seguro.

Como é que estão as contas do fundo face a este aumento?

O fundo de garantia automóvel tem uma boa base de sustentação financeira, embora haja sempre novos elementos que estão a ser adicionados. Ainda recentemente passou a ser responsável também pelo pagamento de sinistros se existir uma seguradora que entre em liquidação, por exemplo. Há sempre novas responsabilidades, mas temido bons resultados, é resiliente e tem capacidade para responder a estas situações.

Quer melhorar a política de investimento do fundo de garantia automóvel e do fundo de acidentes de trabalho. O que é que quer que seja alterado?

Uma boa prática de gestão de fundos, em geral, é olhar para aquilo que são a tipologia das responsabilidades. Os investimentos, só por si, não dizem nada. Os investimentos estão lá para fazer face a determinadas responsabilidades. O que estamos já a fazer é uma avaliação daquilo que são as responsabilidades, da maturidade das responsabilidades, quer do fundo de garantia de automóvel, quer do fundo de acidentes de trabalho, para depois podermos ajustar a política de investimentos. Esperamos uma modificação legislativa que nos possa trazer uma política de investimentos mais ajustada àquilo que são as responsabilidades e a maturidade das responsabilidades. Hoje em dia, os fundos estão muito investidos em títulos públicos de curto prazo e temos de ver efetivamente qual é que é a duração das responsabilidades. ■

“O fundo de garantia automóvel tem uma boa base de sustentação financeira.”



E está a acontecer?

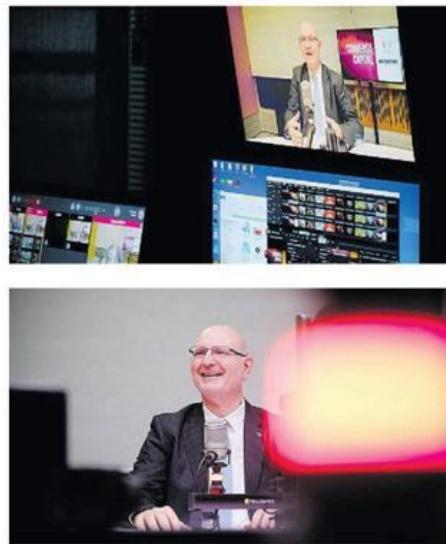
Esse processo está a acontecer, mas de forma muito lenta. E isso leva a uma das preocupações que é a falta de proteção relativamente a catástrofes naturais. É preciso entender que cada seguradora não fica com o risco todo, fica apenas com uma parte. Uma boa prática é ressegurar esse risco em conglomerados internacionais, inclusive muitas vezes colocar no mercado financeiro, através de obrigações catastróficas, para que haja diversificação e que, em casos sinistros, se possa ter a capacidade para responder de forma rápida. Capacidade existe, o que há também muito é a falta da procura de cada um de nós, cidadãos, e das empresas. ■

CONVERSA CAPITAL

GABRIEL BERNARDINO PRESIDENTE DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

ASF e Banco de Portugal vão avaliar juntos excessos nos seguros da casa

No seu plano estratégico, o regulador definiu a meta de orientar a supervisão da conduta de mercado para a resultados justos para o consumidor e, no caso do crédito à habitação, vai fazê-lo com o homólogo da banca. As reclamações sobre multirriscos também estão na mira.



LEONOR MATEUS FERREIRA

leonorferreira@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA

Antena 1

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

Os supervisores da banca e seguros já se reuniram para avançar com a avaliação a eventuais desequilíbrios nos contratos de seguro associados ao crédito à habitação. O presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), Gabriel Bernardino, admite que possam pedir ajustes a produtos.

Qual o impacto dos apoios à compra da casa?

Não tenho números, mas admito que, havendo um incremento do crédito à habitação, tem havido naturalmente também um incremento dos seguros de vida destinados à proteção do crédito.

Nos seguros associados ao crédito à habitação que são

comercializados pela banca, há a questão das vendas em pacote. É uma situação que está resolvida?

Permita-me falar de um dos pontos essenciais do nosso plano estratégico, que tem a ver com a lógica como queremos abordar a supervisão da conduta de mercado. Esses produtos de proteção ao crédito são, na experiência internacional, produtos onde é muito sensível esta relação de equilíbrio entre os diferentes elementos do contrato. Portanto, vamos olhar com mais cuidado para os números para perceber na tipologia dos seguros ligados ao crédito à habitação, ao crédito ao consumo, à proteção no desemprego, por exemplo, efetivamente qual é o equilíbrio na relação contratual. Temos de olhar para quais são os níveis de sinistralidade, as comissões que estão a ser cobradas e para quem. Em última análise, se existirem situações onde há um desequilíbrio claro relativamente às estruturas de custos, iremos atuar.

Se o seguro não é obrigatório, mas está associado, por exemplo, a um "spread", a vossa atuação já não é sobre a banca. Têm de trabalhar com o Banco de Portugal sobre esse assunto?

Claro, tem havido reuniões entre ASF e o Banco de Portugal relativamente a isso. O que nós temos de fazer é olhar para o modelo de negócio como um todo e não apenas para um aspeto isolado. A lógica é que estes produtos devem traduzir um valor acrescentado para o cliente. Para analisar isto

não se pode ver apenas um dos lados. Euposso ter produtos que têm taxas de sinistralidade muito baixas, têm comissões muito elevadas, em que há um desequilíbrio e aí temos que dialogar com as empresas, solicitar que o modelo de negócio seja ajustado e, em última análise, se se continuar a verificar, temos de atuar relativamente mesmo ao produto. Ehá a possibilidade de dar indicações claras para que o produto seja ajustado.

Como têm evoluído as reclamações?

"Se existir um desequilíbrio claro nas estruturas de custos, iremos atuar."

"Temos de olhar para o modelo de negócio como um todo."

O número de reclamações tem vindo a diminuir. Penso que no primeiro semestre diminuiu 16%. Mais do que o número de reclamações, importa perceber o que é que acontece quando se reclama? Um terço das reclamações são decididas favoravelmente aos consumidores, o que é um número bastante importante. Há um trajeto importante para a proteção do consumidor globalmente no sistema.

Há mais transparência?

A transparência está a crescer e também a tipologia de reclamações. A grande maioria tem a ver com as questões dos sinistros, que são situações onde a pessoa tem sempre mais dificuldade, não concorda, não percebe... É normal. Os seguros multirisco são uma área onde o número de reclamações ainda é relativamente baixo, mas estamos a ver algum acréscimo e é importante olharmos para este tipo de apólice que a grande maioria de nós tem dos seguros das habitações. ■